

ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS – PI (CORE)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

FISCAL DO CORE

CARGO:

FISCAL DO CORE

TURNO: MANHÃ

INSTITUTO
MACHADO DE ASSIS

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 15 minutos iniciais.
2. A prova consistirá de 50 questões com quatro alternativas (A, B, C e D) das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
3. Durante a prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de qualquer material entre os candidatos.
4. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos como: régua, dicionário, boné, calculadora, relógio digital, bem como outro material que possa indicar tentativa de fraude.
5. Esta prova terá duração de 3 horas, com início às 09h e término às 12h.

NOME DO CANDIDATO:



MAIS INFORMAÇÕES:

Internet:

www.institutomachadodeassis.com.br

Telefone: (86) 9438-4081

INSTITUTO MACHADO DE ASSIS – IMA

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTATES COMERCIAIS – PI (CORE)

RASCUNHO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova



LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES DE 1 A 15

INSTRUÇÃO:

Para responder a essas questões, assinale APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

Lei Seca só funcionará quando não precisar medir álcool em motoristas, dizem especialistas.

1 Em vigor há três anos e quatro meses, a Lei Seca ainda não foi capaz de reduzir substancialmente o número de mortes em acidentes de trânsito no país. Segundo dados do Ministério da Saúde, divulgados em junho de 2010 --o último balanço oficial da pasta--, o número mortes caiu 6,2%.

2 Nos 12 meses anteriores à entrada em vigor da lei, de julho de 2007 a junho de 2008, o número de mortes chegou a 37.161 no país. Já nos 12 meses seguintes, de julho de 2008 a junho de 2009, o total foi de 34.859. Isso significa que, em todo o país, foram registradas 2.302 mortes a menos após a implementação da lei.

3 Diariamente surgem casos de motoristas pegos dirigindo alcoolizados que se recusam a soprar o bafômetro. Quase todas as semanas há registros de acidentes com vítimas provocados por motoristas que guiavam após beberem.

4 Em São Paulo, dados da Polícia Militar apontam que os motoristas da capital paulista estão bebendo em quantidade cada vez maior antes de dirigir.

5 Pela lei, se a quantidade de álcool no sangue for de 0,11 até 0,33 mg por litro de ar expelido, o motorista não responde criminalmente, embora seja multado em R\$ 957,70, perca o direito de dirigir por 12 meses e tenha a carteira de habilitação retida. Se a taxa de álcool for superior a 0,34 mg/l, ele responde por crime de trânsito e pode ser condenado de seis meses a três anos de prisão.

6 Na maioria dos casos, os motoristas alcoolizados se negam a fazer o teste do bafômetro ou exame de sangue e, dessa maneira, só recebem a punição administrativa, já que não há provas de que estavam dirigindo bêbados.

7 Especialistas entrevistados pelo **UOL Notícias** defendem uma mudança no texto da lei, de modo que não seja mais necessário medir o nível alcoólico do motorista para caracterizar crime de trânsito. Na opinião deles, bastaria a avaliação de um médico, atestando que o motorista estava alcoolizado, para puni-lo administrativamente.

Extraído de

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/10/26/lei-seca-so-funcionara-quando-nao-precisar-medir-alcool-em-motoristas-dizem-especialistas.jhtm>

QUESTÃO 01

A provável razão que pode ser apontada pelo texto para justificar a não redução substancial das mortes em acidentes de trânsito é:

- (A) O aumento no número de bares e restaurantes que vendem bebidas alcoólicas.
- (B) A flexibilidade da lei que proporciona aos motoristas alcoolizados não realizarem o teste do bafômetro ou exame de sangue.
- (C) A falta de mais operações da Polícia Rodoviária Federal para obrigar os motoristas a pararem de beber.
- (D) O uso indevido do teor alcoólico por parte de agentes policiais para incriminar motoristas inocentes.

QUESTÃO 02

A afirmação de que “a Lei Seca ainda não foi capaz de reduzir substancialmente o número de mortes em acidentes de trânsito no país”, se baseia em:

- (A) A diminuição do número de mortes no período aferido.
- (B) O aumento em larga escala de mortes no período aferido.
- (C) A diminuição lenta do número de mortes no período aferido.
- (D) A ineficiência na aferição de dados mais concretos sobre o número de mortes.

QUESTÃO 03

Podemos deduzir que o que leva os motoristas alcoolizados a se recusarem a fazer o teste do bafômetro ou o exame de sangue é:

- (A) Terem alergia ao método de medição.
- (B) Não acharem suporte na lei para realizar tal exame.
- (C) O direito legal de não produzirem provas para se auto-incriminar.
- (D) A possibilidade de aparecer em telejornais midiáticos denegrindo assim suas imagens de cidadãos inocentes até que se prove o contrário.



QUESTÃO 04

A mudança proposta na lei pelos especialistas tem como objetivo:

- (A) que a lei seja cumprida.
- (B) que os ricos paguem por seus crimes.
- (C) que a lei seja aperfeiçoada.
- (D) que a lei seja.

QUESTÃO 05

No seguinte trecho: “Em São Paulo, dados da Polícia Militar apontam que os motoristas da capital paulista estão bebendo em quantidade cada vez maior antes de dirigir”, predomina:

- (A) Descrição espacial.
- (B) Dissertação opinativa.
- (C) Argumentação fictícia.
- (D) Informação factual.

QUESTÃO 06

Na passagem “(...) foram registradas 2.302 mortes a menos após a **implementação** da Lei”, o termo destacado pode ser substituído sem perda de sentido por:

- (A) Supressão legal.
- (B) Pôr em prática.
- (C) Incongruência.
- (D) Complementação jurídica.

QUESTÃO 07

Todas as palavras da série abaixo devem ser grafadas com X, exceto:

- (A) be_iga; bro_ a; gra_ a.
- (B) _ará; _a_im; _ingar.
- (C) ha_i_e; lu_úria; bru_a.
- (D) me_erico; pi_ar; _alé.

QUESTÃO 08

Assinale a opção que contenha uma palavra grafada incorretamente.

- (A) agiota – algema – esfinje.
- (B) cafajeste – jiló – traje.
- (C) sarjeta – tangerina – vagem.
- (D) bege – mugir – manjedoura.

QUESTÃO 09

A oração que foi classificada sintaticamente correta está na opção:

- (A) Não tínhamos dúvida **de que o resultado do jogo seria bom**. (oração subordinada substantiva completiva nominal)

- (B) A verdade é **que ninguém fez nada por ele**. (oração subordinada adjetiva restritiva)
- (C) Só nos pediram uma coisa: **que ficássemos próximos dele**. (oração subordinada adverbial explicativa)
- (D) Vettel é tão rápido, **que atrai a atenção de todas as equipes**. (oração subordinada adverbial causal)

QUESTÃO 10

Houve um erro em relação à concordância nominal, de acordo com o padrão formal da língua, em:

- (A) Seguem **inclusas** as notas taquigráficas.
- (B) Os arquivos de texto e de imagens estão **em anexos**.
- (C) Eu comprei **poucas** maçãs e **meia** melancia.
- (D) Verdura é **bom** para a saúde.

QUESTÃO 11

Observando o padrão formal da língua no que se refere à concordância verbal, houve um desvio caracterizado como erro em:

- (A) Uma parte dos jogadores preferiu não viajar.
- (B) Cerca de dez milhões de torcedores assistiu ao campeonato brasileiro de futebol do ano passado.
- (C) Nem um nem outro atleta tinha a intenção de permanecer nessa competição.
- (D) Pizza ou bife a cavalo me agradam.

QUESTÃO 12

Assinale a opção em que a forma verbal não foi empregada corretamente de acordo com o contexto.

- (A) Tomara que vocês **retornem** depressa.
- (B) Se ela **soubesse** resolver o problema, estaríamos tranquilos.
- (C) Quando você **souber** construir um software, poderá então nos ensinar.
- (D) Se as ferramentas **cabessem** nesta caixa, nós não teríamos problemas.

QUESTÃO 13

A ocorrência de um erro na concordância verbal pode ser identificada na opção:

- (A) Não serei eu quem duvidará de tudo, até de minha mente.
- (B) Descartes foi um dos filósofos que me fascinaram.
- (C) O real ou o ilusório será revelado um dia, quando descobriremos a verdade.
- (D) Duvidar e pesquisar faz bem à ciência.



QUESTÃO 14

A colocação pronominal foi realizada de forma equivocada em:

- (A) Aquele que se esforça, sempre vence o desafio.
- (B) Sempre utilizou-se da dúvida como método, agora a evita.
- (C) Ninguém me convencerá de que o real, na verdade, é uma ilusão.
- (D) Tenho-me dedicado à pesquisa que investiga o que pode ser real.

QUESTÃO 15

A regência não foi corretamente realizada de acordo com a norma culta na opção:

- (A) Um pesquisador imbuído de vaidades nunca chegará à verdade.
- (B) O seu ponto de vista é passível de modificações.
- (C) A verdade é incompatível com a realidade.
- (D) Na busca incessante pela verdade não houve analogia aos fatos.

INFORMÁTICA

QUESTÕES DE 16 A 20

QUESTÃO 16

Qual o atalho utilizado no Microsoft Word para fazer a opção "Colar Especial"?

- (A) Ctrl + Alt.
- (B) Ctrl + Alt + D.
- (C) Ctrl + V + Alt Gr.
- (D) Ctrl + Alt + V.

QUESTÃO 17

Observe as definições abaixo:

- I. Um software que permite acessar e ver diferentes web sites. É um programa cliente que é usado para pesquisar e consultar informação disponibilizada em web pages alojadas em web servers.
- II. Um conjunto organizado constituído de computadores, índices, bases de dados e algoritmos tudo isso reunido e que tem por função analisar e indexar as páginas da web, armazenar os resultados dessa análise e indexação numa base de dados e quando de uma consulta de um usuário, o sistema vai pesquisar a sua base de dados e fornecer os resultados da pesquisa ao usuário.

As definições I e II referem-se, respectivamente, a:

- (A) Internet e Servidor de Páginas.
- (B) Servidor de Páginas e Internet
- (C) Sistema de Busca e Intranet.
- (D) Navegador e Sistema de Busca.

QUESTÃO 18

Dentre as alternativas a seguir indique qual é a correta quando se quer definir, no ambiente Internet, o que significa SPAM:

- (A) Mensagens eletrônicas enviadas para usuários sem que estes as tenham solicitado.
- (B) Conjunto de endereços de domínios inexistentes.
- (C) Bloqueadores de endereços de domínios inexistentes.
- (D) Nome de um vírus que se espalha via correio eletrônico.

QUESTÃO 19

Binha Carlos utiliza em seu trabalho o editor de texto Microsoft Word 2010 (em português) para produzir os documentos da empresa. Certo dia ela digitou um documento contendo 7 páginas de texto, porém, precisou imprimir apenas as páginas 1, 3, 5, 6 e 7. Para imprimir apenas essas páginas, Binha Carlos clicou no Menu Arquivo, na opção Imprimir e, na divisão Configurações, selecionou a opção Imprimir Intervalo Personalizado. Em seguida, no campo Páginas, digitou:

- (A) 1,3,5-7 e clicou no botão Imprimir.
- (B) 1;3-5;7 e clicou na opção enviar para a Impressora.
- (C) 1-3,5-7 e clicou no botão Imprimir.
- (D) 1+3,5;7 e clicou na opção enviar para a Impressora.

QUESTÃO 20

No MS-Word, a combinação das teclas Ctrl+T, pressionadas com um documento aberto, tem a finalidade de:

- (A) Imprimir.
- (B) Abrir um documento.
- (C) Selecionar tudo.
- (D) Criar um novo documento..



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÕES DE 21 A 50

QUESTÃO 21

Sobre a necessidade de registro no CORE-PI, julgue os itens a seguir:

- I. Serão registrados no Conselho Regional as pessoas jurídicas que tenham em seu nome comercial, denominação ou razão social as palavras “representação”, “representações comerciais”, “agência”, “distribuição” e “intermediação de negócios e/ou serviços”.
- II. É de 30 (trinta) dias da data da constituição das empresas de representação comercial, agência, distribuição ou intermediação de negócios e/ou serviços, individuais ou coletivas, o prazo para registro no Conselho Regional.
- III. A obrigatoriedade do registro também se estende às pessoas jurídicas que tiverem em seu objetivo social as atividades de representação comercial, agência, distribuição e intermediação de negócios e/ou serviços, assim como as pessoas naturais que exerçam as mencionadas atividades.

Marque a alternativa correta:

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I e III estão corretos.
- (C) Somente os itens I e II estão corretos.
- (D) Somente os itens II e III estão corretos.

QUESTÃO 22

Segundo o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais, as faltas podem ser classificadas, conforme a natureza do ato e das circunstâncias de cada caso em leves e graves. Classifique as condutas abaixo relacionadas:

- () Desrespeitar qualquer membro ou funcionário do Conselho Federal ou Regional no exercício de suas funções.
- () Deixar de efetuar o pagamento de suas contribuições ao Conselho Regional no qual esteja registrado.
- () Auxiliar ou facilitar, por qualquer modo, o exercício da profissão ou atividade, aos que estiverem proibidos, impedidos ou inabilitados.
- () Deixar de indicar em sua propaganda, papéis e documentos o número do respectivo registro no Conselho Regional.

A ordem correta, de cima para baixo, seria:

- (A) Leve, Leve, Grave, Grave.
- (B) Grave, Leve, Grave, Grave.
- (C) Leve, Grave, Grave, Leve.
- (D) Grave, Grave, Leve, Leve.

QUESTÃO 23

Qual o prazo para registro no Conselho Regional para as pessoas jurídicas?

- (A) 60 (sessenta) dias a contar da data da constituição da empresa.
- (B) 30 (trinta) dias a contar da data da constituição da empresa.
- (C) 60 (sessenta) dias a contar da data do funcionamento da empresa.
- (D) 30 (sessenta) dias a contar da data do funcionamento da empresa.

QUESTÃO 24

Que diferenças há entre o representante comercial autônomo e o vendedor empregado?

- (A) O representante é sempre pessoa jurídica e o vendedor é sempre pessoa física.
- (B) O empregado celetista possui dependência hierárquica, salário fixo e só pode ser pessoa física, enquanto que o representante comercial atua sem dependência hierárquica, (devendo, porém agir conforme instruções da representada), possui remuneração variável, pode atuar como pessoa física ou jurídica e deve possuir registro no CORE.
- (C) O empregado celetista possui dependência hierárquica, salário fixo e só pode ser pessoa física, enquanto que o representante comercial atua sem dependência hierárquica, (devendo, porém agir conforme instruções da representada), possui remuneração variável, pode atuar como pessoa física ou jurídica e pode possuir registro no CORE.
- (D) O empregado celetista mesmo tendo independência hierárquica e salário fixo, só pode ser pessoa física, enquanto que o representante comercial atua embaixo de dependência hierárquica, e, possui remuneração variável, pode atuar como pessoa física ou jurídica e deve possuir registro no CORE.

QUESTÃO 25

Segundo o que dispõe o Regimento Interno do CORE-PI, o exercício da representação comercial, da agência comercial, distribuição e intermediação de negócios e/ou serviços, na base territorial do Conselho Regional, somente será permitido aos:

- (A) Representantes comerciais, pessoas naturais ou jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto ao mesmo, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, o Regimento Interno e o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais.



- (B) Representantes comerciais, pessoas jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto ao mesmo, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, e o Regimento Interno.
- (C) Representantes comerciais, pessoas naturais ou jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto ao mesmo, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, e o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais.
- (D) Representantes comerciais, pessoas jurídicas, nele registrados e em dia com suas obrigações junto ao mesmo, de acordo com as normas regulamentares do exercício profissional, e o Código de Ética e Disciplina dos Representantes Comerciais.

QUESTÃO 26

Sobre o pagamento das anuidades devidas pelo representante comercial, julgue os itens a seguir:

- I. O pagamento da anuidade será efetuado pelo representante comercial, pessoa física ou jurídica, até o dia 31 de março de cada ano, com desconto de 10%, ou em até 3 parcelas, sem descontos, vencendo-se a primeira em 30/04, a segunda em 31/08 e a terceira em 31/12.
- II. Ao pagamento antecipado será concedido desconto de 20% até 31 de janeiro e 15% até 28 de fevereiro de cada ano.
- III. As anuidades que forem pagas após o vencimento serão acrescidas de 2% de multa, 1% de juros de mora por mês de atraso e atualização monetária pelo índice oficial de preços ao consumidor.

Marque a alternativa correta.

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I e II estão corretos.
- (C) Somente os itens II e III estão corretos.
- (D) Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 27

Dentre as atribuições legais do CORE-PI, podemos destacar todas, EXCETO:

- (A) elaborar o seu regimento interno, submetendo-o à apreciação do Conselho Federal;
- (B) decidir sobre os pedidos de registro de representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas, na conformidade desta Lei;
- (C) expedir as carteiras profissionais e anotá-las, quando necessário;
- (D) arrecadar, cobrar e executar as anuidades e emolumentos devidos pelos representantes comerciais, pessoas físicas e jurídicas, registrados, e buscar meios judiciais de cobrar suas dívidas, já que não dispõe de título executivo extrajudicial, apenas a certidão relativa aos seus créditos.

QUESTÃO 28

Segundo disposto na Constituição Federal, compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições, referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República. Neste caso, a manifestação de vontade de ambos os órgãos, ao se fundir para formar um ato único, resulta no denominado ato administrativo:

- (A) coligado, sendo que o referendo é pressuposto necessário para legitimar a vontade do Chefe do Executivo Federal.
- (B) complexo, em que se verifica identidade de conteúdo e fins.
- (C) colegiado, já que o referendo complementa a manifestação de vontade principal.
- (D) composto, em que a vontade de um é instrumental em relação a de outro, que edita o principal.

QUESTÃO 29

O atributo que autoriza o Poder Público a editar atos administrativos obrigacionais que interferem na esfera jurídica dos administrados, independentemente da respectiva aquiescência, denomina-se:

- (A) Imperatividade.
- (B) Auto-executoriedade.
- (C) Coercibilidade.
- (D) Exigibilidade.

QUESTÃO 30

Com relação à anulação dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) Opera efeitos *ex nunc* e não alcança os atos que geram direitos adquiridos e os que exauriram seus efeitos.
- (B) O Poder Judiciário deverá anular os atos discricionários por motivo de conveniência e oportunidade.
- (C) O Poder Judiciário não poderá declarar a nulidade dos atos administrativos discricionários evitados de vícios quanto ao sujeito.
- (D) O desfazimento do ato que apresente vício quanto aos motivos produz efeitos retroativos à data em que foi emitido.

QUESTÃO 31

Assinale a alternativa que contém todos os princípios da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mencionados no artigo 37 da Constituição Federal Brasileira.



- (A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Probidade administrativa, eficiência dos serviços públicos e moralidade.
- (C) Legalidade, eficiência e moralidade.
- (D) Legalidade, moralidade e publicidade.

QUESTÃO 32

Sobre a propriedade, na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) A propriedade particular, em nenhuma hipótese poderá ser usada pelo Poder Público, uma vez, que é assegurado ao proprietário o direito de privacidade.
- (B) Poderá, em alguns casos, ser desapropriada por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social.
- (C) Deverá atender a sua função judicial, estabelecida por órgão competente.
- (D) A propriedade rural, em qualquer tempo, poderá ser penhorada como pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, visando o não inadimplemento de seu proprietário.

(E)

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa falsa com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos.

- (A) Ninguém poderá ser submetido a tortura, mesmo se soldados de exércitos rivais, em casos de guerra declarada.
- (B) A manifestação do pensamento é livre, desde que não aja a pessoa no anonimato.
- (C) Cabe censura, dos órgãos competentes, a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, para que não ocorram em desacordo com os princípios e garantias estabelecidos nessa Constituição.
- (D) Somente em virtude de lei, uma pessoa poderá ser obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa.

QUESTÃO 34

Dentre os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa, não se encontra:

- (A) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e qualquer forma de discriminação;
- (B) independência nacional;
- (C) defesa da paz;
- (D) concessão de asilo político.

QUESTÃO 35

A todos são assegurados independentemente do pagamento de taxas, alguns direitos no art. 5º da Constituição, dentre esses figura:

- (A) o direito de pleitear em juízo qualquer pretensão judicial que vise a satisfação de uma obrigação de fazer, perante particular, fundado na instituição da plenitude de defesa;
- (B) arguir o direito de herança, em qualquer tempo;
- (C) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesas de direitos ou contra abuso de poder e ilegalidade;
- (D) o direito de requerer aos órgãos jurisdicionais a assistência gratuita.

QUESTÃO 36

Dentre os remédios constitucionais é correto afirmar que:

- (A) habeas data será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado pelo habeas corpus, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for a autoridade pública;
- (B) mandado de segurança é concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- (C) mandado de injunção será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou até mesmo, para a retificação de dados, em alguns casos;
- (D) habeas corpus é concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.

QUESTÃO 37

As normas sobre processo administrativo postas na Lei no 9.784/99 aplicam-se aos:

- (A) Órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário da União, no que se referir ao desempenho de funções administrativas atípicas.
- (B) Órgãos do Poder Executivo e aos servidores integrantes do quadro da Administração direta, excluídos os afastados e os órgãos dos demais Poderes.
- (C) Órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no exercício de suas funções típicas.
- (D) Órgãos do Poder Executivo integrantes da Administração direta ou indireta, excluídos os órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário quando se tratar de realização de função administrativa.

QUESTÃO 38

De acordo com a Lei no 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

- (A) Os atos administrativos são sigilosos no decorrer da fase probatória.
- (B) É vedada a cobrança de despesas processuais, salvo as previstas em lei.
- (C) Os interessados deverão ser representados por advogado, salvo se hipossuficientes.
- (D) Aplica-se o princípio do formalismo, dispensada a indicação dos pressupostos de fato da decisão.

QUESTÃO 39

Em processo administrativo, tendo por objeto reconhecimento de pretensão de administrado em face de órgão da Administração pública federal, foi proferida decisão negando o pleito. O interessado apresentou recurso, tempestivamente, porém o fez perante autoridade incompetente. De acordo com as disposições da Lei nº 9.784/99, o recurso:

- (A) deverá ser recebido e conhecido, em face do princípio da economia processual.
- (B) deverá ser recebido, porém não conhecido, cabendo à autoridade à qual o mesmo foi endereçado encaminhá-lo à autoridade competente para seu julgamento.
- (C) não será conhecido, salvo se a Administração considerar que as razões de fato e de direito são suficientes para justificar a modificação da decisão.
- (D) não será conhecido, sendo indicado ao recorrente a autoridade competente e devolvido o prazo para apresentar o recurso.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei 9784/99, a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica denomina-se:.

- (A) Órgão.
- (B) Autoridade.
- (C) Organização.
- (D) Entidade.

QUESTÃO 41

São características das Autarquias, todas, EXCETO:

- (A) serem criadas por lei específica e com personalidade de direito privado;
- (B) terem patrimônios próprios;
- (C) terem capacidade de auto-administração sob controle finalístico;
- (D) desempenharem atribuições tipicamente públicas.



QUESTÃO 42

Exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício:

- (A) É crime e tem pena prevista de detenção e multa.
- (B) É crime e tem pena prevista de detenção ou multa.
- (C) É contravenção penal e tem pena prevista de prisão simples ou multa.
- (D) É contravenção penal e tem pena prevista de prisão simples e multa.

QUESTÃO 43

Exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa:

- (A) É crime e tem pena prevista de detenção e multa.
- (B) É crime e tem pena prevista de detenção ou multa.
- (C) É contravenção penal e tem pena prevista de prisão simples ou multa.
- (D) É contravenção penal e tem pena prevista de prisão simples e multa

QUESTÃO 44

Considera-se funcionário público, para os efeitos penais:

- (A) Quem exerce cargo, emprego ou função pública de forma efetiva. Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- (B) Quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- (C) Quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade atípica da Administração Pública.



- (D) Quem exerce cargo, emprego ou função pública de forma efetiva. Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade atípica da Administração Pública.

QUESTÃO 45

Marque a única alternativa abaixo que não traz uma hipótese de quem não pode ser representante comercial:

- (A) o que não pode ser comerciante;
 (B) o falido reabilitado;
 (C) o que tenha sido condenado por infração penal de natureza infamante, tais como falsidade, estelionato, apropriação indébita, contrabando, roubo, furto, lenocínio ou crimes também punidos com a perda de cargo público;
 (D) o que estiver com o seu registro comercial cancelado como penalidade.

QUESTÃO 46

Sobre a propaganda de representantes comerciais:

- (A) As pessoas jurídicas farão constar da propaganda, além do número do registro do responsável técnico, o seu próprio número de registro no Conselho Regional. Assim como as pessoas naturais farão constar da propaganda o seu número de registro no Conselho Regional.
 (B) As pessoas jurídicas farão constar da propaganda apenas o seu próprio número de registro no Conselho Regional. Assim como as pessoas naturais farão constar da propaganda o seu número de registro no Conselho Regional.
 (C) As pessoas jurídicas farão constar da propaganda apenas o seu próprio número de registro no Conselho Regional. Mas as pessoas naturais não precisam observar tal regra.
 (D) As pessoas jurídicas farão constar da propaganda, além do número do registro do responsável técnico, o seu próprio número de registro no Conselho Regional. Mas as pessoas naturais não precisam observar tal regra.

QUESTÃO 47

A exibição da carteira profissional ou certificado do registro pode ser exigida por qualquer pessoa interessada, a fim de verificar a habilitação legal do representante comercial, pessoa natural ou jurídica. A recusa do representante comercial, pessoa natural ou jurídica, em apresentar a carteira profissional ou o certificado exigido, constituirá:

- (A) Falta no exercício da profissão, submetendo-o à penalidade de advertência com publicidade ou de multa equivalente a 50% do valor da anuidade em curso, recolhida a favor do Conselho Regional.

- (B) Falta no exercício da profissão, submetendo-o à penalidade de advertência sem publicidade ou de multa equivalente a 50% do valor da anuidade em curso, recolhida a favor do Conselho Regional.
 (C) Falta no exercício da profissão, submetendo-o à penalidade de advertência sem publicidade ou de multa equivalente a 70% do valor da anuidade em curso, recolhida a favor do Conselho Regional.
 (D) Falta no exercício da profissão, submetendo-o à penalidade de advertência com publicidade ou de multa equivalente a 70% do valor da anuidade em curso, recolhida a favor do Conselho Regional.

QUESTÃO 48

Acerca da Lei nº 4.886/65, julgue as alternativas abaixo e marque a alternativa correta:

- (A) Constituem renda dos Conselhos Regionais as contribuições devidas pelos representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas, neles registrados.
 (B) Constituem renda dos Conselhos Regionais as contribuições e multas devidas pelos representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas, registrados ou não.
 (C) Constituem renda dos Conselhos Regionais as contribuições e multas devidas pelos representantes comerciais, pessoas físicas neles registrados.
 (D) Constituem renda dos Conselhos Regionais as contribuições e multas devidas pelos representantes comerciais, pessoas físicas ou jurídicas, neles registrados.

QUESTÃO 49

Que penas disciplinares, o Conselho Regional pode aplicar ao representante comercial faltoso?

- (A) Advertência, com ou sem publicidade.
 (B) Multa, de até 05 (cinco) vezes o maior salário mínimo vigente.
 (C) Cancelamento do registro, com apreensão da carteira profissional.
 (D) Suspensão do exercício profissional, por até 02 anos.

QUESTÃO 50

As decisões tomadas pelo Conselho do CORE-PI serão, via de regra, por:

- (A) Maioria Qualificada de votos, com a presença, no mínimo, de 1/3 (um terço) de seus conselheiros em exercício.
 (B) Voto do Presidente apenas.



- (C) Maioria Simples de votos, com a presença, no mínimo, de 1/5 (um quinto) de seus conselheiros em exercício.
- (D) Maioria Simples de votos, com a presença, no mínimo, de 1/3 (um terço) de seus conselheiros em exercício.